



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

Ata da IV reunião da Comissão de Supervisão do PNMAII

Data: 27 de junho de 2013

Início da reunião: 14 hs

Local: sala de reuniões do 8º andar (830) – Esplanada dos Ministérios – Bloco B – Brasília – DF.

Participantes:

Membros da Comissão:

Renato Rosenberg (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMAII/MMA**), Renata Medeiros dos Santos (Confederação Nacional da Indústria – **CNI**), Tadeu da Silva Santos (Cadastro Nacional de Entidades Ambientais – **CNEA**) e Alessandra Silva Rocha (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – **SMCQ/MMA**)

Demais presentes:

Camila Sátiro Praxedes (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMAII/MMA**), Eduardo Mattedi Furquim Werneck (Departamento de Coordenação do Sisnama – **DSIS/MMA**), Eduardo da Silva Palma (Programa Nacional do Meio Ambiente – **PNMAII/MMA**), Maria Mônica Guedes de Moraes (Departamento de Coordenação do Sisnama – **DSIS/MMA**), Pablo Villanueva (Departamento de Coordenação do Sisnama – **DSIS/MMA**), Lisandro Cogo Beck (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**), Luis Felipe R. Corrêa (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**), Gabriela Leonhardt (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – **ICMBio**), Karen Cope (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – **SMCQ/MMA**), César Santos (Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática – **CGTI**).

Pauta:

1. Proposta, em andamento, da reestruturação do Programa;
2. Situação atual da carteira de projetos;
3. Deliberação sobre novos projetos.

Aos vinte e sete de junho do ano de dois mil e treze, ocorreu a quarta reunião da Comissão de Supervisão do Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMAII), no edifício Sede do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A abertura foi realizada pelo Coordenador Geral do PNMAII, Renato Rosenberg. Inicialmente ele agradeceu pela presença de todos e pediu que se apresentassem. Em seguida informou a pauta da reunião, a saber: a apresentação dos status dos projetos em andamento; apresentação de duas novas propostas de projetos a serem financiados pelo PNMAII; apresentação do contexto, em linhas gerais, da proposta de uma parceria PNMAII e SMCQ; e o andamento do processo de reestruturação do PNMAII. O Renato Rosenberg fez um breve relato da história do PNMAII, destacando os seus desafios e a proposta do novo desenho para o programa. Informou que tal proposta consiste em o PNMAII deixar de atuar na descentralização de recursos para os estados e passar a organizar e contratar diretamente as demandas nacionais, com foco no licenciamento ambiental. Ressaltou a transparência das ações do Programa, informando que podem ser acessadas pelo site PNMA, onde também constam as informações sobre os projetos deliberados e decididos pela Comissão de Supervisão, sobre os Relatórios de Gestão, entre outros. Ressaltou as dificuldades encontradas na condução dos Projetos do PNMAII, que envolvem a utilização de regras do Banco Mundial em conjunto com as regras do governo brasileiro, o que tem gerado atrasos para a internalização e análises pelos diversos atores envolvidos nos processos de contratação. Além da dificuldade das áreas demandantes em especificar suas necessidades de contratação. Disse que, apesar disso, o PNMAII atingiu cerca de setenta por cento da execução orçamentária e conseguiu iniciar todos os projetos programados, dentre os quais, destacou o Portal Nacional do Licenciamento por se encontrar num estágio mais avançado de elaboração. Entre capacitações e seminários promovidos, destacou a capacitação de servidores do PNMAII e parceiros em Mapeamento de processos e o seminário sobre Instrumentos Econômicos nas Políticas Ambientais. Sobre o processo de reestruturação do PNMAII, junto ao Ministério do Planejamento, salientou que foi negociada com o Banco Mundial a formalização da nova estratégia de execução e a extensão da vigência do Programa por mais dezoito meses, passando a finalizar até meados de 2016. Disse que o processo está em análise pela COFIEIX e já ratificado pelo Banco Mundial. A Renata Medeiros dos Santos (CNI) justificou a ausência da Elisa Romano Desolt (CNI) informando ser a sua primeira participação na reunião e que o momento era de interação com as atividades da Comissão de Supervisão. O Renato Rosenberg (PNMAII/MMA) sugeriu que a CNI poderia ter especial interesse no acompanhamento da reativação do Portal Nacional do Licenciamento, juntamente com o diagnóstico do licenciamento nos estados, e no uso dos Instrumentos Econômicos nos governos Federal e estaduais. A primeira apresentação foi do Departamento de Coordenação do SISNAMA – DSIS/MMA), representado por Eduardo Mattedi Furquim Werneck. Explicou que o DSIS é um departamento vinculado à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, sendo responsável pelo assessoramento das relações federativas do órgão. Inicialmente relatou sobre o status em que se encontra o processo de construção do Portal Nacional do Licenciamento Ambiental. Disse que o projeto de modernização e institucionalização do Portal foi apresentado à Comissão em reuniões anteriores e que se encontra em plena execução. Disse também que o projeto está sendo executado em cooperação com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, pelo Departamento de Engenharia Ambiental, o qual é referência em TI governamental, além de envolver os estados e o CONAMA. Reafirmou a determinação da Ministra e do Secretário Executivo do MMA de



que o portal fosse reativado dentro de uma lógica de transparência e de um cenário de licenciamento cada vez mais descentralizado para os estados. Ressaltou o forte interesse de instituições da sociedade civil e órgãos do governo em ter essa ferramenta em pleno funcionamento, para que sirva como subsídio para a tomada de decisões, como por exemplo, em relação à liberação de financiamentos, verificação do status dos empreendedores, entre outras funcionalidades. Salientou que o Portal não se trata somente de uma integração de sistemas de TI e nem é somente um sistema de gestão ambiental, e sim uma articulação desses dois pontos, com a proposta de alinhamento das informações sobre licenciamento ambiental em diferentes aspectos organizacionais. Apresentou o novo layout do portal e uma visão geral sobre as funcionalidades do sistema. Ressaltou o grande esforço feito pela equipe do DSIS e UFMG para a compatibilização de tipologias dentro de um universo de diferentes atividades licenciáveis nos estados. Demonstrou a funcionalidade do mecanismo de pesquisa por tipologias e sua correspondência interna na busca por informações. O Tadeu da Silva Santos (CNEA) questionou se é possível a pesquisa por tipologia de energia. O Eduardo Mattedi afirmou que foi feita a compatibilização da dessa tipologia, sendo possível o refinamento da pesquisa avançada em até quatro níveis, além da possibilidade de verificação das atividades licenciáveis por meio de mapas georreferenciados. O Tadeu da Silva Santos (CNEA) indagou se foi previsto um espaço no portal para participação da sociedade civil por meio de comentários e denúncias. O Eduardo Mattedi (DSIS/MMA) e Renato Rosenberg (PNMAIL/MMA) informaram que o portal será um mecanismo de divulgação das informações organizadas e padronizadas a partir de um banco de dados existente e que não foi prevista esta possibilidade, pois seria necessário montar uma infraestrutura para o atendimento dessa demanda. Disse ainda que o DSIS conta com uma equipe reduzida de técnicos. Salientou que esta equipe, juntamente com a equipe da UFMG, iniciarão uma série de visitas aos estados com o objetivo de realizarem a integração dos bancos de dados existentes (webservices), além de realizarem a aplicação de questionários para se obter os diagnósticos dos macrofluxos do licenciamento ambiental nos estados. O Renato Rosenberg (PNMAIL/MMA) indagou sobre a previsão para que a primeira versão do portal esteja em funcionamento. O Pablo Villanueva (DSIS/MMA) respondeu que, conforme plano de trabalho, está previsto para outubro de 2013. A seguir, foi apresentada, pelo Eduardo Mattedi (DSIS/MMA), uma nova proposta de projeto de capacitação a ser financiado pelo PNMAIL. Disse que Programa Nacional de Capacitação – PNC, também faz parte das demandas do DSIS, cujo objetivo é a capacitação de servidores federais, estaduais e municipais dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Informou que a capacitação será realizada por cerca de dezoito cursos em formato EAD (Educação a Distância) na plataforma Moodle do Ministério do Meio Ambiente, com a participação e formação de uma rede de tutores. Ressaltou que os cursos terão temas escolhidos pelo PNC dentro de dois eixos: Gestão Ambiental e Gestão Pública. Informou que a capacitações serão realizadas por meio da contratação de pessoa jurídica, com um custo estimado em R\$ um milhão e quatrocentos mil reais. E com o prazo de execução estimado em dois anos a partir da contratação. O Tadeu da Silva Santos (CNEA) salientou a necessidade de interação entre o portal e a sociedade civil por meio da criação de um espaço de participação da população, devidamente identificada, de modo a permitir a formulação de questionamentos, contestações e denúncias. E assim, atribuir maior credibilidade e transparência ao portal. O Renato Rosenberg (PNMAIL/MMA) pontuou como coerente a consideração do Tadeu da Silva Santos como representante das organizações governamentais, e pediu o prazo de um mês para se fazer um contraponto, levando-se em consideração a análise de viabilidade técnica e política, diante da



interlocução que existe com todos os estados. A próxima apresentação de projeto em andamento foi do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**, representado pelo Lisandro Cogo Beck, sobre o Termo de Cooperação nº 01/2012, que trata do “Aperfeiçoamento do processo de Licenciamento Ambiental Federal”. Relatou sobre os três projetos em andamento, a saber, estudo comparativo internacional com as melhores práticas de licenciamento ambiental federal (LAF); Mapeamento de Competências e Digitalização dos processos no âmbito do Departamento de Licenciamento Ambiental do IBAMA – DILIC; e elaboração dos manuais operativos e guias sobre o licenciamento ambiental federal. Informou sobre o cronograma de execução de cada projeto e destacou a fase do procedimento licitatório em que se encontram. Em relação ao estudo comparativo de LAF, disse que foi formada uma lista curta com propostas de seis empresas e que a previsão de contratação é para o dia **primeiro de outubro de 2013**. Quanto ao projeto de Mapeamento de Competências, salientou que também foi formada uma lista curta de seis empresas, com estimativa de contratação para o dia **vinte e cinco de setembro de 2013**. Para o projeto de Digitalização de Processos, informou que está em andamento o processo de contratação, junto ao Banco Mundial, de um consultor para apoiar a elaboração do Termo de Referência para esse projeto. O Renato Rosenberg (**PNMAII/MMA**) indagou sobre a previsão para finalização do serviço do consultor e foi informado que o prazo será em torno de **um mês**. Foi ressaltada pelo Coordenador Geral do PNMAII a importância e prioridade para a execução dos projetos no âmbito do Acordo de Cooperação nº 01/2012, junto ao IBAMA, conforme demanda da ministra do MMA. A apresentação seguinte de projeto em andamento foi do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade – **ICMBio**, Gabriela Leonhardt. Foi destacado que o projeto se baseia no aperfeiçoamento dos processos de autorização para o licenciamento ambiental na instituição, na instalação de uma capacidade operacional técnica e tecnológica e na sustentabilidade institucional para a gestão e tomada de decisão. Ressaltou que foi feita a revisão da Instrução Normativa nº 05, foi elaborada uma lista curta para o edital de capacitação dos servidores do ICMBio, foi firmado o convênio com a Universidade Federal de Goiás para o desenvolvimento de protocolos de análise, foram definidos os protocolos por grupo taxonômico e foi elaborado o edital de contratação para compilação de dados e enviado para o Banco Mundial para não objeção. Informou que houve uma redução no número de servidores que participarão dos cursos de capacitação dos protocolos, restringindo-se para os servidores dos centros especializados do ICMBio (25 a 30 servidores). O Renato Rosenberg (**PNMAII/MMA**) pontuou que houve uma redução no escopo do trabalho de compilação dos dados de 10.000 espécies para somente as espécies ameaçadas e quase ameaçadas de extinção na fauna brasileira. A seguir, o Renato Rosenberg (**PNMAII/MMA**) informou que a apresentação da Secretaria de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Urbano – **SMCQ** – representada pela Karen Cope, seria apenas a título de informação, sem o caráter deliberativo para a Comissão. A Karen Cope apresentou uma visão geral da proposta de trabalho conjunto entre a SMCQ e o PNMAII. Indicou a proposição do PNMAII como mecanismo de fomento e apoio aos instrumentos de monitoramento da política de mudanças do clima, essencialmente no que se refere às medidas adaptativas para os impactos resultantes das mudanças climáticas. Informou que o trabalho a ser realizado é o de definição das linhas de atuação dos projetos de adaptação que serão mais pertinentes nesta parceria. Isso, levando em consideração as lacunas de informação e dados verificados no processo de elaboração do Plano Nacional de Adaptação, com suas metas estabelecidas no Plano Plurianual 2012-2015. Foi dito que, essencialmente, as propostas de atuação são as de elaboração do mapa de vulnerabilidade do Brasil de impactos de mudanças climáticas, associado aos indicadores socioeconômicos;



e o apoio ao trabalho do Painel Brasileiro de Mudança do Clima. O Tadeu da Silva Santos (CNEA) ressaltou a necessidade em se destinar uma parcela maior de recursos para os projetos de adaptação da SMCQ. Sendo assim, ocorreria a redução da dependência do MMA de informações estratégicas produzidas nos Fóruns Brasileiros de Mudanças Climáticas, por serem entidades não governamentais. Por sua vez, o Renato Rosenberg (PNMAII/MMA) destacou a importância da sugestão, mas que foge ao escopo de atuação do PNMAII. A seguir, foi apresentada uma nova proposta de projeto a ser financiado pelo PNMAII, da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática – CGTI, representada pelo Coordenador Geral, César Santos. Ele ressaltou que o MMA atualmente padece de uma infraestrutura adequada para os desafios que enfrenta, destacando a quantidade de carbono que a instituição emite pelo consumo de papel, insumos para impressão, refrigeração e transporte. Informou que o projeto trata da elaboração do Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – SISGED. Relatou que o sistema tem como finalidade a redução do uso de papel, dar agilidade, flexibilidade e segurança à tramitação dos documentos, com o objetivo de viabilizar a criação, digitalização, construção, classificação e padronização dos documentos em formato digital. E prover as autoridades do MMA as funcionalidades de assinatura digital, singular e em lotes, bem como a vinculação com o sistema de protocolo e MMA Corporativo (Controle de Acesso). O Renato Rosenberg (PNMAII/MMA) ressaltou a importância em otimizar os fluxos internos do MMA, dentro da lógica de fortalecimento da gestão por meio da redução de dificuldades, atrasos e burocracias na tramitação de documentos, bem como, na redução do tempo de tramitação dos processos de contratação. A seguir ocorreu a deliberação pelos integrantes da Comissão de Supervisão sobre o mérito dos projetos do PNC e do Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – SISGED. A Alessandra Silva Rocha (SMCQ/MMA) sugeriu a discussão prévia com as áreas competentes sobre os temas das capacitações do PNC no sentido de evitar que ocorram sobreposições de conteúdos. O Tadeu da Silva Santos (CNEA) ratificou a sugestão de que seja aberto um espaço no portal para manifestações e contestações da sociedade civil, devidamente identificada e constituída. O Renato Rosenberg (PNMAII/MMA) ressaltou a importância da sugestão e indicou o prazo de um mês para que seja analisada a viabilidade técnica e política da proposição junto ao DSIS e aos estados. Por fim, os dois projetos foram votados e aprovados por unanimidade pelos integrantes da Comissão de Supervisão. Logo em seguida, o Renato Rosenberg (PNMAII/MMA) agradeceu novamente a presença de todos e encerrou a reunião.



RENATO ROSENBERG
Presidente da Comissão de Supervisão do PNMAII